

TRIBUNA DA CIDADE

JOSÉ ZUNGA (*)

Serra, Bresser e a segurança

“As coisas não mudam; nós mudamos”

H.D. Thorean

Estamos assistindo a uma ópera ensaiada, atravessada como um relâmpago na noite da conjuntura nacional e com fortes suspeitas de enredo internacional, onde o Governo Federal é o principal protagonista. De um momento para outro, o principal projeto do novo Governo, atende pelo nome de “cortes no Orçamento”, sem que a sociedade saiba muito bem o que está acontecendo. Propõe-se cifras astronômicas para o déficit público, com desdobramentos imprevisíveis para os setores sociais, assustando a todos que manifestam um certo otimismo com os novos dirigentes do País.

Brasília, que optou por uma mudança profunda na sua personalidade política, com a eleição de um governo popular e democrático, observa atônita pela imprensa, as decisões propostas pelos ministros Bresser e Serra para os projetos de Saúde, Educação e Segurança Pública.

Construída especificamente para ser a Capital dos brasileiros, o Distrito Federal teve que ser “inventado” como unidade da Federação. A questão é que o Distrito Federal segundo a própria Constituição Federal, não é propriamente um estado e nem é especificamente um município. E em certos aspectos, é mais do que um estado, porque lhe cabe competências legislativas e tributárias reservadas aos estados e municípios (Art. 32 e 147 da CF). Sob outro enfoque, é menos do que um estado, pois algumas de suas instituições fundamentais são tuteladas pela União (Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Saúde, Educação e Segurança Pública — Artigo 32, Parágrafo 4 e 22, Inciso XVII). No tocante à Segurança Pública, a União é obrigada constitucionalmente a repassar 100% dos recursos para o pagamento da Polícia Civil.

O Distrito Federal conta atualmente com



“Não sabemos o que move o governo FHC ao fazer cortes nos setores essenciais do DF”

quase 3.000 policiais civis, para uma população de dois milhões de habitantes, lotados em 19 administrações regionais, ocupando um perímetro geográfico considerável.

Os salários pagos pelo GDF aos policiais ci-

vis têm uma peculiaridade, que a diferencia inclusive da Polícia Federal, que no ano passado, entrou em greve por isonomia. Esta diferença salarial, de uma gratificação específica, não foi uma conquista oferecida pelos governantes. Foi fruto da luta da categoria, que atualmente constitui-se em uma das mais organizadas do Distrito Federal e que além das conquistas demonstra uma preocupação constante com a segurança pública da população do Distrito Federal.

Não sabemos o que move o governo FHC ao tentar fazer cortes nos setores essenciais do DF. Seria muito pequeno que o motivo de tais decisões fosse o caráter partidário do novo governo de nossa cidade, eleito democraticamente por ampla maioria do eleitorado. Queremos acreditar que tais ameaças de cortes não passem de um equívoco no processo decisório confuso que vem se instalando no Governo Federal, onde um ex-gerente de supermercado e um ex-dirigente da UNE, desacomodados com o poder, andam de um lado para outro chocando-se com a vontade popular. E além disso, podem estar brincando com fogo, quando provocam setores do funcionalismo federal e do DF, quando intempestivamente, decidem fazer cortes que “mexem” com a sobrevivência de famílias inteiras.

Pedimos antes de tudo, juízo, excelências! Não se brinca impune com a saúde, a educação e a segurança pública de milhares de pessoas em plena capital do País, onde residem ministros, presidentes, diplomatas e altos funcionários públicos.

■ José Zunga A. de Lima é presidente da CUT-DF

